

Brasília, 23 de fevereiro de 2026

Seleção

Sumário

CNBC Brasil Online

Domingo, 22 de fevereiro de 2026 | Propriedade Intelectual

Pix, 25 de março e etanol: entenda os alvos de investigação dos EUA contra o Brasil... .. 3

Jornal GGN Online

Domingo, 22 de fevereiro de 2026 | Patentes

A patente que o Brasil deixou escapar, por Marcos Verlaine 4

Economia & Negócios - Estadão

Domingo, 22 de fevereiro de 2026 | Propriedade Intelectual

Brasil deve ser o país mais beneficiado pela nova tarifa anunciada pelos EUA 6

O Estado de S. Paulo

Segunda-feira, 23 de fevereiro de 2026 | Propriedade Intelectual

EUA mantêm investigação contra Brasil 8

Estadão.com.br - Últimas Notícias

Segunda-feira, 23 de fevereiro de 2026 | Propriedade Intelectual

Projeto que altera Lei de Cultivares será retirado da Câmara 10

R7

Domingo, 22 de fevereiro de 2026 | Marco regulatório | INPI

MRE: Brasil e Índia firmam onze acordos governamentais em missão presidencial 13

Domingo, 22 de fevereiro de 2026 | Patentes

Presidente do Grupo FarmaBrasil critica PLs de quebra de patente e pede incentiv... 15

Pix, 25 de março e etanol: entenda os alvos de investigação dos EUA contra o Brasil por práticas desleais



A ordem executiva publicada pela Casa Branca após o revés judicial do tarifaço deixou claro que o governo Donald Trump pretende manter a pressão comercial por outros caminhos, e um deles é a Seção 301.

A ferramenta, conduzida pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR), já sustenta uma investigação aberta contra o Brasil desde 2025 e, segundo autoridades americanas, segue em andamento mesmo após a decisão da Suprema Corte que limitou o uso da lei de emergência econômica (IEEPA) para impor tarifas amplas.

Leia também: O que vem depois de a Suprema Corte americana rejeitar as tarifas de Trump

A apuração lista uma série de temas que Washington considera potencialmente "irracionais" ou "discriminatórios" e que poderiam "onerar ou restringir" o comércio americano. Há espaço, ao fim do processo, para recomendações de medidas como tarifas retaliatórias ou outras restrições comerciais.

Pix e pagamentos digitais: o que os EUA estão olhando

No capítulo de serviços de pagamento eletrônico, o USTR afirma investigar práticas relacionadas a "serviços de pagamento eletrônico desenvolvidos pelo governo" e possíveis "vantagens" concedidas a esses sistemas. O texto não cita o Pix nominalmente em todos os documentos oficiais, mas o enquadramento é o mesmo que passou a ser associado ao sistema brasileiro em reportagens e análises desde a abertura do caso.

Do lado brasileiro, o governo já havia respondido formalmente a questionamentos do USTR sobre o tema de pagamentos eletrônicos, em documento enviado em 2025, ao tratar de "Brazilian government-developed electronic payment services".

Pirataria e **propriedade intelectual**

Outro ponto sensível envolve **propriedade intelectual**. A investigação menciona a região da rua 25 de Março, em São Paulo, como exemplo de falhas na proteção e fiscalização de direitos de **propriedade intelectual**, citando o local como um dos grandes mercados de produtos falsificados.

Leia também: Brasil vai insistir no diálogo com os EUA após Trump anunciar tarifa de 15%

Etanol, tarifas "preferenciais" e desmatamento ilegal

A lista de temas também inclui:

Acesso ao mercado de etanol (o USTR cita barreiras e condições de acesso);

Tarifas "injustas" ou "preferenciais" (em que os EUA alegam que o Brasil aplicaria condições melhores a certos parceiros do que aos produtos americanos);

Desmatamento ilegal, tratado como elemento com impacto econômico e comercial no escopo da investigação.

A patente que o Brasil deixou escapar, por Marcos Verlaine



E foi abandonada internacionalmente por falta de pagamento de taxas pelo governo do ex-presidente Michel Temer.

A patente que o Brasil deixou escapar

Siga o Jornal GGN no Google e receba as principais notícias do Brasil e do Mundo Seguir no Google

por Marcos Verlaine

A perda internacional da polilaminina revela como o desmonte científico e o ajuste fiscal corroeram a soberania tecnológica do País. Quanto isto vai custar para o Brasil?

A confirmação da professora Tatiana Coelho de Sampaio, da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), de que o Brasil perdeu a patente internacional da polilaminina por falta de recursos entre 2015 e 2016 é mais do que episódio administrativo. A professora coordena a pesquisa há 25 anos.

sobre o fato em o "Brasil perdeu patente internacional da polilaminina após cortes na UFRJ por Temer, diz cientista".

Trata-se, pois, de símbolo eloquente do colapso estratégico da política científica brasileira no período de austeridade fiscal que se consolidou no governo Michel Temer (MDB) (2016-2018)¹.

A polilaminina, proteína experimental desenvolvida a partir de componentes da placenta humana, apresenta potencial para regeneração de neurônios na medula espinhal. Em testes preliminares, mostrou capacidade de auxiliar na recuperação de movimentos em pessoas com paralisia, inclusive tetraplegia.

É ciência de fronteira. É biotecnologia de alto impacto. É soberania em estado molecular.

E foi abandonada internacionalmente por falta de pagamento de taxas pelo governo do ex-presidente Michel Temer.

O PREÇO DO TETO

Entre 2015 e 2016, a ciência brasileira sofreu cortes profundos. A crise política e econômica foi seguida por agenda de ajuste fiscal que culminaria na Emenda Constitucional do Teto de Gastos², que congelava investimentos públicos por 2 décadas.



A pesquisa científica, historicamente dependente de financiamento estatal, tornou-se uma das principais vítimas desse corte e congelamento.

No caso da polilaminina, a interrupção do financiamento impediu o pagamento das taxas de manutenção da patente no exterior. A patente nacional foi preservada apenas porque a própria pesquisadora arcou, por um período, com recursos pessoais para manter o registro no Brasil.

Gesto que revela compromisso individual, mas também expõe a falência institucional.

Sem proteção internacional, a fórmula entrou em domínio público fora do País. Isso significa que laboratórios estrangeiros podem utilizar, desenvolver e comercializar a substância sem pagar royalties ao

Brasil ou à UFRJ.

O conhecimento permanece brasileiro; os dividendos deste feito histórico e sem precedente, não necessariamente.

NEOLIBERALISMO E DEPENDÊNCIA

O episódio não pode ser analisado como fatalidade administrativa. Esse se insere em padrão histórico de fragilidade estrutural do desenvolvimento científico nacional.

O Brasil investe pouco em pesquisa e desenvolvimento quando comparado às economias que disputam protagonismo e as fronteiras tecnológicas do desenvolvimento. E, quando investe, frequentemente o faz de forma instável.

A lógica neoliberal que orientou a política econômica pós-2016 tratou ciência como despesa, não como investimento estratégico. O Estado passou a ser visto como problema, não como indutor de inovação e desenvolvimento.

O resultado é (era) previsível: perda de autonomia tecnológica e aprofundamento da dependência externa.

Sem soberania científica, o País torna-se consumidor de tecnologia produzida alhures. Compra medicamentos, importa insumos, paga royalties. Exporta cérebros. E compromete o futuro.

CIÊNCIA NÃO É ACESSÓRIO

A polilaminina não é apenas promessa terapêutica. É o caso concreto de como a ausência de política industrial articulada à pesquisa básica compromete oportunidades históricas.



Hoje, o laboratório nacional Cristália detém a patente do processo de formulação. Mas a ausência de proteção internacional enfraquece a capacidade de negociação estratégica do País no mercado global de **biotecnologia**.

Em um setor onde a **propriedade intelectual** define poder econômico, abrir mão de **patente** é

abrir mão de influência.

A pergunta central não é apenas "por que a taxa não foi paga?". A questão é "por que o Brasil ainda trata ciência como variável de ajuste fiscal?".

O PROJETO QUE FALTA

Nenhuma nação que almeja protagonismo no mundo aceita perder ativos tecnológicos por contingenciamento orçamentário. Países que hoje lideram a revolução biotecnológica - Estados Unidos, China, Alemanha - sustentam seus sistemas científicos com políticas de Estado, não de governo.

O caso da polilaminina escancara o dilema: ou o Brasil assume a ciência como eixo estruturante de desenvolvimento, ou continuará a oscilar entre surtos de inovação e recaídas na dependência.

O que está em jogo não é apenas "uma proteína experimental". É a capacidade de o Brasil decidir o próprio futuro.

Porque soberania científica não se improvisa. Constrói-se ou perde-se.

Marcos Verlaine - Jornalista, analista político, assessor parlamentar do Diap e redator do HP

1 Michel Temer ascendeu à Presidência da República, em 31 de agosto de 2016, após a consumação do processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT). Temer, que era vice-presidente na chapa de Dilma, assumiu o cargo de forma definitiva após o Senado Federal aprovar o impedimento da presidente por 61 votos a 20.

2 A EC (Emenda à Constituição) 95/16, conhecida como Teto de Gastos, instituiu Novo Regime Fiscal no Brasil a partir de 2017, com congelamento das despesas primárias da União por 20 anos (até 2036). Aprovada pelo Congresso no governo Temer, a medida limitou o crescimento de gastos públicos à inflação (IPCA), visando controlar o desequilíbrio fiscal.

O texto não representa necessariamente a opinião do Jornal GGN. Concorda ou tem ponto de vista diferente? Mande seu artigo para dicasdepautaggn@gmail.com. O artigo será publicado se atender aos critérios do Jornal GGN.

"Democracia é coisa frágil. Defendê-la requer um jornalismo corajoso e contundente. Junte-se a nós: <https://www.catarse.me/JORNALGGN> "

Brasil deve ser o país mais beneficiado pela nova tarifa anunciada pelos EUA



Confira o resumo que a LE.IA, a IA do Estadão, fez pra você

Gerando resumo

A economia brasileira deve ser a mais beneficiada com a decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos de derrubar o tarifaço imposto pelo presidente Donald Trump no comércio global. Na sexta-feira, 20, a Suprema Corte decidiu que, segundo a Constituição americana, o poder de estabelecer impostos e tarifas é do Congresso. No sábado, 21, Trump anunciou aumento de novas tarifas globais dos EUA de 10% para 15% após seu revés justiça.

Segundo estudo publicado no sábado pelo Global Trade Alert - órgão independente que monitora em tempo real políticas governamentais que afetam o comércio internacional -, com o novo regime em vigor a tarifa de importação para os produtos brasileiros deve ser reduzida em 13,6 pontos percentuais.

Na sequência, as economias mais beneficiadas seriam a China (redução de 7,1 pontos percentuais) e a Índia (queda de 5,6 pontos percentuais).

Por outro lado, os países que se beneficiavam de uma tarifa mais baixa e que passaram a ser mais afetados pela decisão de Trump são Reino Unido (alta de 2,1 pontos percentuais), Itália (avanço de 1,7 ponto percentual) e Singapura (alta de 1,1 ponto percentual).

A Global Trade Alert é um órgão independente e que acompanha políticas de comércio global.

O Brasil foi um dos países mais prejudicados pelo tarifaço de Trump. No auge da tensão entre os dois

países, o presidente dos EUA chegou a taxar os produtos em 50% - composto pela tarifa recíproca de 10% mais uma sobretaxa de 40%.

Em novembro do ano passado, o governo americano anunciou uma lista de produtos brasileiros que ficaram de fora do tarifaço, mas 20% das exportações brasileiras ao mercado americano ainda permaneciam sujeitas à alíquota.

Em 2025, afetadas pelo tarifaço, as exportações brasileiras para o EUA recuaram 6,6%, somando US\$ 37,7 bilhões.

Brasil continua investigado

O governo dos EUA segue apurando o Brasil e a China com base na Seção 301, ferramenta de política comercial que permite aos americanos investigar e retaliar outras nações contra práticas comerciais consideradas injustas.

Em comunicado, o Escritório do Representante de Comércio dos EUA (USTR, na sigla em inglês) afirmou que a administração Trump vai continuar as investigações em curso com base na Seção 301, incluindo aquelas que envolvem o Brasil e a China.

"Se estas investigações concluírem que existem práticas comerciais desleais e que uma resposta ágil é justificada, tarifas são ferramentas que poderão ser impostas", diz o comunicado.

Em 2025, os Estados Unidos comunicaram que a apuração abordaria "atos, políticas e práticas do governo brasileiro relacionados ao comércio digital e serviços de pagamento eletrônico; tarifas preferenciais injustas; interferência anticorrupção; proteção da **propriedade intelectual**; acesso ao mercado de etanol; e desmatamento ilegal".

Entre as medidas que o governo americano considerou prejudiciais ao abrir o expediente, em 2025, estão a **propriedade intelectual**, existência de tarifas preferenciais para outros países, taxas mais altas para o etanol americano, desmatamento ilegal e até mesmo o Pix.

Sem perda de competitividade

Continuação: Brasil deve ser o país mais beneficiado pela nova tarifa anunciada pelos EUA

Na manhã deste domingo, 22, o vice-presidente e ministro da Indústria, Geraldo Alckmin, avaliou que a decisão da Suprema Corte americana de derubar as tarifas nos Estados Unidos foi positiva para o Brasil. "Como a alíquota agora é igual para todo mundo, nós não perdemos competitividade", afirmou a jornalistas durante agenda em Aparecida do Norte (SP).

A queda das tarifas de Donald Trump traz duas vantagens para o País, segundo Alckmin. Para ele, além de acabar com as alíquotas mais altas ao Brasil em relação às de outros países, alguns itens brasileiros tiveram seus impostos zerados. Alckmin citou setores como os de combustível, carne, café, suco de laranja, celulose e aeronáutica.

No setor de aeronaves e peças, Alckmin destacou que a alíquota que era de 10% caiu a zero. Nesse tipo de indústria, o comércio exterior é fundamental, destacou. A competitividade dos produtos brasi-

leiros vai aumentar, na visão do vice-presidente.

"Algumas indústrias, se não exportarem, não sobrevivem. Se você avaliar a Embraer, não tem como ter uma fábrica de avião para vender só para o mercado interno", disse. Ele enfatizou ainda que a tarifa média praticada pelo Brasil a produtos americanos é de 2,7%.

Em relação às restrições impostas por Trump no âmbito da Seção 232, como as tarifas para aço, alumínio e cobre, Alckmin ponderou que a medida vale para todos os países, então não há desvantagem nas operações comerciais. / Com Aramis Merki II

EUA mantêm investigação contra Brasil



Após derrubada do tarifaço pela Suprema Corte, comunicado do governo americano cita supostas práticas comerciais desleais

DANIEL WETERMAN BRASÍLIA

O governo dos Estados Unidos anunciou que continua investigando o Brasil e a China com base na Seção 301, ferramenta de política comercial que permite aos americanos investigar e retaliar outras nações contra práticas comerciais consideradas injustas. Em comunicado emitido na sexta-feira, após a Suprema Corte do país derrubar as tarifas globais de longo alcance impostas pelo presidente Donald Trump, o Escritório do Representante de Comércio dos EUA (USTR, na sigla em inglês) afirmou que a administração Trump vai continuar as investigações em curso com base na Seção 301, incluindo aquelas que envolvem o Brasil e a China.

"Se estas investigações concluírem que existem práticas comerciais desleais e que uma resposta ágil é justificada, tarifas são uma ferramenta que poderá ser imposta", diz o comunicado.

No mesmo comunicado, o governo americano reforçou uma sobretaxa temporária de 10%, até então, sobre artigos de todos os países nos termos da Seção 122 da Lei de Comércio de 1974, assinada pelo então presidente Gerald Ford.

Essa tarifa foi elevada para 15% no sábado, em anúncio feito por Trump na sua rede social, a Truth Social.

O Brasil começou a ser investigado pelos americanos no ano passado, em meio ao tarifaço de Trump que chegou a atingir as exportações brasileiras com taxas de 50%.

Em 2025, os Estados Unidos comunicaram que a apuração abordaria "atos, políticas e práticas do governo brasileiro relacionados ao comércio digital e serviços de pagamento eletrônico; tarifas preferenciais injustas; interferência anticorrupção; proteção da **propriedade intelectual**; acesso ao mercado de etanol; e desmatamento ilegal".

Entre as medidas que o governo americano considerou prejudiciais ao abrir o expediente, em 2025, estavam a **propriedade intelectual**, existência de tarifas preferenciais para outros países, taxas mais altas para o etanol americano, desmatamento ilegal e até mesmo o Pix.

REAÇÃO. Integrantes do governo brasileiro acreditam que ainda é muito cedo para fazer um prognóstico concreto sobre as mais recentes decisões do governo dos Estados Unidos sobre tarifas de importação. No entanto, ressaltam que a estratégia seguirá pelo caminho do diálogo entre os dois países.

O resultado da balança comercial entre os dois países - favorável aos EUA - continua sendo citado nos bastidores do governo.

É um dos principais motivos usados pelas autoridades brasileiras para mostrar que o tarifaço contra o Brasil é injustificado desde o início.

O anúncio de Trump foi feito enquanto boa parte da equipe do presidente Lula encontra-se em viagem oficial à Índia e à Coreia do Sul. Assessores do governo afirmam que é necessário insistir no diálogo nas próximas semanas. Lula e Trump devem se reunir nos Estados Unidos em março.

Outro ponto lembrado por fontes do governo brasileiro, ouvidas sob reserva, é o mantra usado desde

que Trump anunciou o tarifaço: o Brasil é um dos poucos países com quem os Estados Unidos têm superávit na balança comercial.

País deve ser o mais beneficiado pela nova tarifa de Trump

A economia brasileira deve ser a mais beneficiada com a decisão da Suprema Corte dos EUA de derubar o tarifaço imposto pelo presidente Trump no comércio global. Segundo estudo publicado no sábado pelo Global Trade Alert - órgão independente que monitora em tempo real políticas governamentais que afetam o comércio internacional -, com o novo regime em vigor a tarifa de importação para os produtos brasileiros deve ser reduzida em 13,6 pontos percentuais.

Na sequência, as economias mais beneficiadas seriam a China (redução de 7,1 pontos percentuais) e a Índia (queda de 5,6 pontos percentuais).

Por outro lado, os países que se beneficiavam de uma tarifa mais baixa e que passaram a ser mais afetados pela decisão de Trump são Reino Unido (alta de 2,1 pontos percentuais), Itália (avanço de 1,7 ponto percentual) e Singapura (alta de 1,1 ponto percentual).

COLABOROU
HIRABAHASI/BRASÍLIA

GABRIEL

Projeto que altera Lei de Cultivares será retirado da Câmara



Entenda o projeto

Agropolítica

Proposta enfrenta resistência de agricultores gaúchos, apesar de consenso entre entidades e deputados; conheça o conteúdo do projeto

O projeto de lei que traz alterações à Lei de Cultivares deve ter a tramitação encerrada na Câmara dos Deputados. O projeto é de autoria do deputado federal Giovani Cherini (PL-RS). O mesmo parlamentar apresentou nesta quinta-feira, 19, um requerimento em que pede a retirada de tramitação da proposta.

A matéria ganhou tração no último ano e estava entre os itens considerados prioritários da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). No entanto, agricultores gaúchos externaram receio quanto ao andamento da proposta. Isso chegou até parlamentares do Rio Grande do Sul, entre eles o deputado federal Alceu Moreira (MDB-RS), relator do projeto na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados.

CONTEÚDO PATROCINADO

Em vídeo publicado nas redes sociais, o deputado disse que houve consenso para que o projeto de lei fosse retirado das discussões. Ainda conforme o parlamentar, o texto na forma atual está correto e há diferentes entidades que têm o mesmo entendimento. No entanto, a situação não está clara para os produtores gaúchos, por isso, a decisão foi tomada.

"Eu não tenho pressa de votar esse projeto e, portanto, para possibilitar uma discussão mais longa, mais profunda, e que todos os produtores rurais do Rio Grande do Sul, que antes tinham alguma discordância, mas agora se percebe que misturado com endividamento, com a cobrança de royalties, com tantos outros fatores negativos para a agricultura brasileira, contaminou completamente nossa compreensão. [] Enquanto o último gaúcho não compreender o benefício da lei, será retirada da discussão", declarou.

Entenda o projeto

O projeto de lei foi protocolado na Câmara dos Deputados em 2019 e, inicialmente, tratava apenas do prazo do direito de proteção sobre novas cultivares. No entanto, a proposta passou por alterações e o substitutivo aprovado na Comissão de Agricultura traz ao menos quatro pontos de mudança na Lei de Cultivares.



Nome Colunistas Nome Colunistas

PUBLICIDADE

Ampliação do prazo de proteção

Atualmente, a legislação prevê que a proteção sobre uma nova cultivar tem o prazo de 15 anos. A exceção são para plantas ornamentais, árvores frutíferas e florestais, em que esse prazo é de 18 anos. O tempo começa a contar a partir da emissão do certi-

ficado de proteção.

A proposta amplia o prazo base para 20 anos e, para as exceções, o prazo seria de 25 anos. Além disso, inclui na lista de exceções cultivares de batata, cana-de-açúcar, gramíneas forrageiras e leguminosas forrageiras.

Garantia do direito de salvar sementes e o pagamento de royalties

O projeto de lei também modifica aspectos relacionados às sementes e mudas salvas - quando o agricultor guarda parte da colheita para ser plantada em uma nova safra ou novo plantio. A lei em vigor já prevê essa possibilidade e isso está mantido na proposta. No entanto, o texto indica que isso será feito mediante o pagamento dos direitos pecuniários ao dono da cultivar - pagamento de royalties.

Apesar disso, há algumas exceções, entre elas quando as mudas salvas são feitas por agricultores familiares e para a cultura da cana-de-açúcar, situações já previstas na legislação atual. A proposta inclui ainda condições para as novas cultivares de plantas ornamentais e para eucalipto, pinus e teca.

A redação do projeto estabelece que o pagamento dos royalties por produtor será definido com base em uma declaração da quantidade de semente salva ou de muda produzida para uso próprio. Atualmente, essa declaração é feita junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) pelo próprio produtor.

PUBLICIDADE

Quanto ao valor, a previsão é de que seja o mesmo percentual cobrado na hora da aquisição de uma semente. Na compra de uma semente de soja, algodão ou milho, por exemplo, parte do valor total é referente ao royalty de quem fez a cultivar daquela semente. O percentual cobrado para quem salvar semente ou muda seria apenas essa parte do valor total da semente ou muda.



Agro Estadão Clima

Apesar disso, melhoristas de cultivares e outros agentes da cadeia têm receio sobre a forma como essa cobrança seria feita, já que a proposta não traz um passo a passo de como funcionaria na prática. Por outro lado, entidades que defendem o texto apontam que a intenção é primeiro aprovar um arcabouço para essa cobrança e, posteriormente, essas questões seriam definidas pelos próprios agentes do setor.

Criminalização da venda de sementes salvas

Outra novidade colocada na proposta de mudança da Lei de Cultivares é a criminalização da venda de sementes salvas, enquadrando o ato como **pirataria**. A norma em vigor trata esse tipo de comércio como ilegal, mas prevê apenas ressarcimento de indenização e aplicação de sanções para quem praticar o ato. A diferença é que a nova redação da lei, além de multas, indenizações e sanções, coloca que o produtor que praticar o ato comete um crime passível de três meses a um ano de reclusão, podendo ter a pena aumentada em algumas condições.

Isso valeria apenas para sementes e mudas que ainda estivessem dentro dos prazos do direito de proteção. Ou seja, quando uma semente ou muda entra em domínio público, não ocorre crime. A cobrança de royalties também está condicionada a esse prazo do direito de proteção.

Perda do direito de proteção

A lei em vigor prevê alguns casos de perda do direito de proteção, o que implicaria em tornar a cultivar domínio público. O projeto traz novas situações em que pode ocorrer o cancelamento do certificado de proteção, como o uso de publicidade enganosa.

PUBLICIDADE

A matéria caracteriza algumas situações consideradas como uso indevido do direito:

cobrança de royalties quando ainda não houver o título de proteção ou concordância do produtor rural;

não informar quanto corresponde ao valor do royalties no valor cobrado sobre o material de propagação;



Agro Clima

quando houver publicidade enganosa.

Nesses casos, o titular do direito de proteção de uma nova cultivar será obrigado a indenizar o produtor rural e outras partes que ficaram lesadas. Essa indenização será em valores proporcionais aos danos morais e as perdas. O prazo para reclamar dessas situações é de três anos.

Consenso entre entidades

Antes da retirada da matéria, o projeto e as mudanças estavam consensuados entre diferentes entidades do setor, num processo de articulação feito internamente entre as associações e organismos que compõem o Instituto Pensar Agropecuário (IPA). O principal argumento usado para defender a proposta é o de que essas alterações ajudariam no desenvolvimento de diferentes culturas que hoje não são incentivadas.

A CropLife, representante de empresas do setor de **biotecnologia** e defensivos, era uma das patrocinadoras da proposta. De acordo com a diretora de Germoplasma e **Biotechnologia** da entidade, Catharina Pires, culturas como soja, milho e algodão tem suas inovações resguardadas pela Lei de Patentes. Mas outras culturas, como arroz e feijão, no entanto, dependem da Lei de Cultivares.

"Quando a gente olha para outras culturas que ainda não têm biotecnologia, elas dependem exclusivamente da lei de proteção de cultivares no que se refere a direito de proteção intelectual. Então, por exemplo, na nossa cesta básica, arroz, feijão, trigo, mandioca, culturas tão relevantes para nós, brasileiros, são culturas que a gente vê pouca inovação, pouco desenvolvimento genético. E com isso, estamos perdendo a possibilidade de ter sementes mais resilientes aos desafios climáticos, sementes mais tolerantes, resistentes a pragas", disse ao Agro Estadão.

PUBLICIDADE

Outro ponto que ela comenta é com relação a criminalização da comercialização de sementes salvas. "A gente enxerga, especialmente nesse substitutivo mais recentemente, os mecanismos pelos quais este

setor privado anseia ver há muito tempo. São os mecanismos que vão trazer mais segurança jurídica, e os mecanismos que darão condição a que essa lei seja de fato implementada, e que possa haver algum nível de punição para aqueles que desrespeitam o direito de **propriedade intelectual**", comentou.

A Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil) também é outra instituição que encampou o texto antes da retirada. Para o diretor-executivo da Aprosoja, Fabrício Rosa, o benefício para os produtores de soja tem efeito no médio e longo prazo.

"Nós estamos vendo o mercado de soja e de milho concentradíssimo em uma, duas empresas e é porque a **biotecnologia** manda neles", afirmou ao Agro Estadão. A **biotecnologia** embarcada em uma semente é regida pela Lei de Patentes. No entanto, há no mercado empresas melhoristas que criam novas cultivares a partir de uma soja com **biotecnologia**. Por isso, a visão é de que a mudança na legislação beneficiaria essas empresas que teriam um campo maior de captação de recursos e, consequentemente, de investimento em novas cultivares.

"No caso da soja tem várias empresas e têm condição de você estimular essas empresas e você ter competição. No médio e no longo prazo, a tendência é você ter um mercado mais equilibrado, inclusive de valores, de ofertas para o produtor", acrescentou Rosa.

MRE: Brasil e Índia firmam onze acordos governamentais em missão presidencial



Brasil e Índia assinaram onze acordos durante a visita do presidente Lula à Índia.

Os acordos incluem cooperação em terras raras, minerais críticos, e **propriedade intelectual**.

Foi lançada a "Parceria Digital para o Futuro entre Brasil e Índia", focando em infraestrutura digital e inteligência artificial.

Acordos bilaterais também abordam o desenvolvimento de medicamentos e cooperação em pequenas e médias empresas.

Brasil e Índia firmaram onze acordos governamentais e institucionais durante a missão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao país, informou o Ministério das Relações Exteriores em nota.

Entre eles, estão o memorando de entendimento sobre cooperação em terras raras e minerais críticos, sobre o uso de certificados eletrônicos de origem e cooperação em **propriedade intelectual**.

Outros dez memorandos de entendimento e termos de cooperação público-privados e de entidades privadas também foram firmados por ocasião da missão presidencial.

É o caso do acordo entre Farmanguinhos/Fiocruz e Biocon **Pharma** Ltda para pesquisa, desenvolvimento e inovação em fármacos e medicamentos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS) e em medicamentos destinados ao tratamento de doenças negligenciadas.

Os países lançaram ainda a "Parceria Digital para o Futuro entre o Brasil e a Índia", que prevê cooperação em áreas críticas, incluindo infraestruturas pú-

blicas digitais (IPDs), e concordaram em dedicar "atenção especial" ao tema da inteligência artificial.

"Os líderes concordaram quanto à necessidade de dar adequado encaminhamento às questões relativas a medidas antidumping e direitos compensatórios, a fim de aumentar a confiança das comunidades empresariais de ambos os países", conforme a declaração conjunta dos países.

Veja abaixo a lista divulgada pelo Itamaraty

Atos Governamentais e Institucionais

- Declaração Conjunta sobre Parceria Digital para o Futuro;

- Memorando de Entendimento entre o Ministério de Minas do Governo da República da Índia e o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil sobre Cooperação no Campo de Elementos de Terras Raras e Minerais Críticos;

- Memorando de Entendimento para Cooperação no Setor Postal entre o Ministério das Comunicações do Brasil e o Departamento de Correios, Ministério das Comunicações, Governo da República da Índia;

- Memorando de Entendimento entre o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte da República Federativa do Brasil e o Ministério das Micro, Pequenas e Médias Empresas da República da Índia sobre Cooperação no Campo das Micro, Pequenas e Médias Empresas;

- Memorando de Entendimento entre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a Organização Central de Controle de Padrões de Medicamentos, Diretoria-Geral de Serviços de Saúde (CDSCO/DGHS), Ministério da Saúde e Bem-Estar Familiar, Governo da Índia;

- Memorando de Entendimento sobre o Uso de Certificados Eletrônicos de Origem entre o Brasil e a República da Índia;

- Acordo de Cooperação Bilateral entre o Conselho de Pesquisa Científica e Industrial da Índia (CSIR) e o **Instituto Nacional da Propriedade Industrial do Brasil (INPI)** para Acesso à Biblioteca Digital

de Conhecimento Tradicional (TKDL);

- Memorando de Entendimento entre o Ministério da Educação e o Instituto Internacional de Tecnologia da Informação (IIIT) de Bangalore sobre Transformação Digital na Educação;

- Memorando de Entendimento entre a Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil, e o Instituto Indiano de Comunicação de Massa, Índia;

- Memorando de Entendimento entre o Instituto Satyajit Ray de Cinema e Televisão (SRFTI) e a Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP); e

- Memorando de Entendimento entre o Ministério do Aço do Governo da República da Índia e o Ministério das Minas e Energia da República Federativa do Brasil no Campo da Mineração para a Cadeia de Suprimentos do Aço.

Instrumentos Público-Privados e de entidades privadas

- Memorando de Entendimento entre Farmanguinhos/Fiocruz e Biocon **Pharma** Ltda, em Pesquisa Desenvolvimento e Inovação em fármacos e medicamentos estratégicos para o SUS, com ênfase em doenças raras, oncológicos e imunossupressores;

- Memorando de Entendimento entre Farmanguinhos/Fiocruz e Lupin Ltda, em Pesquisa Desenvolvimento e Inovação relacionadas a medicamentos destinados ao tratamento de doenças negligenciadas, como tuberculose, malária, esquistossomose, hanseníase, doença de chagas entre outras;

- Memorando de Entendimento entre a ApexBrasil e a Federação de Câmaras de Comércio e Indústria

da Índia (FICCI), para cooperação em promoção comercial e atração de investimentos;

- Memorando de Entendimento entre Vale S.A., NMDC Limited e Adani Gangavaram Port Limited para criar zona especial econômica no Porto de Gangavaram para a blendagem e venda de finos de minério de ferro;

- Memorando de Entendimento entre Embraer e empresa indiana Adani Defense;

- Memorando de Entendimento entre Fundação Vale e Grupo TATA para o desenvolvimento de iniciativas voltadas ao combate à pobreza multidimensional no Brasil e na Índia;

- Memorando de Entendimento com ISMA (Indian Sugar Mills Association);

- Termo de Compromisso entre BahiaFarma, Biocon Biologics Limited e Bionovis S.A. para o desenvolvimento produtivo do medicamento Pertuzumabe;

- Termo de Compromisso entre BahiaFarma, Dr. Reddys Laboratories Ltda e Bionovis S.A. para o desenvolvimento produtivo do medicamento Nivolumabe; e

- Parceria entre Fundação para o Remédio Popular (FURP), Biocon **Pharma** e Nortec Química S.A. para o desenvolvimento produtivo do medicamento Dasatinibe.

Presidente do Grupo FarmaBrasil critica PLs de quebra de patente e pede incentivo à produção local



Reginaldo Arcuri, presidente do Grupo FarmaBrasil, critica projetos de lei no Congresso sobre **quebra de patentes** de medicamentos.

A associação pede a preservação de regras de **propriedade intelectual** e incentivo à produção local para ampliar o acesso a medicamentos.

Os projetos podem gerar insegurança jurídica, atrasar inovações e elevar custos para o SUS e a população.

As farmacêuticas nacionais defendem a preservação das patentes como essencial para atrair investimentos e fomentar a pesquisa no Brasil.

O presidente do Grupo FarmaBrasil, Reginaldo Arcuri, critica projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que discutem a **quebra de patentes** de canetas emagrecedoras e afetam outros medicamentos, como aqueles usados contra diabetes, câncer e doenças autoimunes.

A associação, que representa 12 indústrias brasileiras, pede a parlamentares a preservação de regras estáveis de **propriedade intelectual** e cita o incentivo à produção local como forma de ampliar o acesso da população a medicamentos.

Em entrevista ao R7 Planalto, Arcuri afirma que o grupo mantém conversas com o Legislativo e com o governo federal, "para contribuir com informações e enfatizar como as mudanças propostas podem prejudicar investimentos, o ambiente de inovação e a chegada de novos medicamentos no país".

Os projetos de lei 5.810/2025 e 68/2026 propõem mudanças nos prazos de patentes, o que pode gerar insegurança jurídica e comprometer o ambiente de

inovação no país.

"Na prática, isso reduz a previsibilidade para investimentos da indústria farmacêutica nacional e pode atrasar a chegada de novos medicamentos genéricos ou biossimilares que ofereçam concorrência aos medicamentos originais", argumenta.

Arcuri analisa que o custo maior pode recair sobre a população. "O resultado para o cidadão é menor acesso a tratamentos inovadores e mais baratos; e maior pressão sobre o SUS, o maior comprador de medicamentos do país", acrescenta.

Em contrapartida às propostas em tramitação no Congresso, as farmacêuticas nacionais defendem o sistema de **patentes** e a preservação de regras estáveis de **propriedade intelectual**. "São fundamentais para atrair investimentos e garantir a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico no país", completa o presidente.

O grupo defende ser possível ampliar o acesso a tratamentos eficazes e mais baratos sem **quebrar patentes** ou ampliar monopólios além do já previsto em lei.

"Também acreditamos no fortalecimento do ambiente regulatório e no incentivo à produção local como caminhos mais eficazes para ampliar o acesso a medicamentos", continua Arcuri.

O presidente diz acreditar na boa capacidade analítica dos parlamentares. "Estamos confiantes de que o Congresso Nacional compreenderá a importância de preservar a segurança jurídica e um ambiente regulatório equilibrado. Seguimos dialogando de forma transparente e técnica, certos de que a melhor decisão será aquela que proteja o acesso da população e do SUS a medicamentos e estimule a inovação no país", finaliza.

Índice remissivo de assuntos

| | |
|--------------------------------|-------------------------------|
| Inovação | 2,3,8,9,10 |
| Marco regulatório INPI | 11,12 |
| Patentes | 2,3,13 |
| Propriedade Industrial | 11,12 |
| Propriedade Intelectual | 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13 |